CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DO PIAUÍ

Caderno de Questões
NÍVEL SUPERIOR – DIREITO

Data: 20/01/2019 – Horário: 08:00 (HORÁRIO LOCAL)
Número de questões: 40 (quarenta) objetivas e 1 questão discursiva

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo: ●
3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.
4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de 4(quatro) horas, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. Não há tempo mínimo de permanência em sala.
8. O candidato poderá sair da sala com o caderno de questões, somente restando 30 minutos para o fim da prova.
9. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os estudantes ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *palmtop*, *notebook*, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo *databank*, gravador, *pager*, etc.), livros, anotações ou qualquer outro tipo de objeto ou material semelhante.
10. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:

a) Apresentar-se após o horário estabelecido;
b) Não comparecer a qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado;
c) Não apresentar o documento de identidade original exigido;
d) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos, e calculadora;
e) Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação, inclusive celular;
f) For responsável por falsa identificação pessoal;
g) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
h) Não devolver integralmente o material recebido;
i) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

11. Os gabaritos serão divulgados no sítio do CIEE nos dias 21/01 (gabarito provisório).
12. Os recursos referentes às questões aplicadas nas provas e respectivas respostas corretas publicadas em gabarito provisório, só serão aceitos, no dia 22/01 e 23/01/2019, e deverão ser enviados no e-mail recursodpupi@ciee.org.br, conforme modelo disponível para download no sítio do CIEE na internet (www.ciee.org.br), no *link* do processo seletivo.
13. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
14. Serão elaboradas 2 listas de classificação, divididas por turno.
15. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
16. O resultado definitivo será divulgado no dia 25/02/2019, no sítio do CIEE na internet.
17. O processo seletivo terá validade de um ano, a contar da data de publicação do resultado.
18. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
19. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção e respectivo Termo Aditivo.

Boa Sorte!

1. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195 da Constituição Federal, com recursos do orçamento da seguridade social, dentre outras fontes, inclusive

I. da União.
II. dos Estados.
III. do Distrito Federal.
IV. dos Municípios.

É correto o que está contido em

(A) I, apenas.
(B) I, II e III, apenas.
(C) IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.

2. Sobre o meio ambiente, disposto na Constituição Federal, considere V para verdadeiro ou F para falso e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) Cabe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
( ) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas.
( ) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

(A) V / V / V
(B) V / F / V
(C) V / F / F
(D) F / V / V

3. Caio, servidor público estável da União, decide se candidatar para deputado estadual, o qual se elege. Nessa situação, é correto afirmar que Caio

(A) será exonerado de seu cargo público.
(B) ficará afastado de seu cargo público.
(C) poderá acumular os dois cargos, caso haja compatibilidade de horários.
(D) poderá optar pela remuneração de seu cargo.

4. **NÃO** é órgão do Poder Judiciário:

(A) Tribunal de Contas da União.
(B) Conselho Nacional de Justiça.
(C) Tribunal Regional Eleitoral.
(D) Tribunal Superior do Trabalho.

5. Com relação aos poderes da administração pública, é correto afirmar que a aplicação de pena de demissão a servidor público é exemplo da atuação do poder

(A) regulamentar.
(B) de polícia.
(C) disciplinar.
(D) hierárquico.

6. Acerca dos serviços públicos, no que tange aos seus destinatários, assinale a alternativa correta.

(A) A iluminação pública é um exemplo de serviço público *uti singuli*, isto é, individual.
(B) Serviço público geral ou coletivo é aquele em que é possível mensurar quanto cada usuário usufruiu.
(C) Nos serviços públicos individuais, o destinatário é determinado.
(D) O serviço de telefonia é exemplo de serviço público *uti universi*, ou seja, coletivo.

7. Sobre a responsabilidade civil da administração pública, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
(B) É assegurado à administração pública o direito de regresso contra o agente público responsável, nos casos de dolo ou culpa.
(C) A responsabilidade civil do Estado não se confunde com as responsabilidades

criminais e administrativas dos agentes públicos, pois são instâncias independentes.

(D) O direito administrativo brasileiro adota a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado.

8. São requisitos/elementos do ato administrativo, EXCETO:

(A) competência.
(B) hierarquização.
(C) motivo.
(D) forma.

9. Para os fins da Lei nº 11.977/2009, a aquisição de imóveis conjugada com a execução de obras e serviços voltados à recuperação e ocupação para fins habitacionais, admitida ainda a execução de obras e serviços necessários à modificação de uso, denomina-se:

(A) requalificação de imóveis urbanos.
(B) oferta pública de recursos.
(C) reformulação de imóveis urbanos.
(C) imóvel novo.

10. Considera-se _____ aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas. (Art. 1.198, CC)

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do dispositivo acima.

(A) possuidor
(B) detentor
(C) proprietário
(D) usufrutuário

11. São direitos reais, previstos no Código Civil brasileiro, dentre outros:

I. superfície.
II. penhor.
III. habitação.

É correto o que está contido em

(A) III, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I, II e III.

12. A Lei nº 9.514/1997 prevê a possibilidade de garantias para as operações de financiamento imobiliário em geral. É(são) exemplo(s) dessa(s) garantia(s):

I. hipoteca.
II. leasing.
III. cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de alienação de imóveis.

É correto o que está contido em

(A) I, apenas.
(B) III, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) I e II, apenas.

13. Consoante ao julgamento conforme o estado do processo, com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Quando não houver necessidade de produção de outras provas, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença sem resolução do mérito.
(B) A decisão que julgar parcialmente o mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.
(C) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.
(D) A parte poderá executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, mediante caução, não podendo haver recurso contra essa interposto.

14. A extinção do processo, segundo o Código de Processo Civil, dar-se-á

(A) por sentença.

(B) pela arguição de impedimento.
(C) pela arguição de suspeição.
(D) pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.

15. Acerca das partes e dos procuradores, assinale a alternativa correta.

(A) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, caso sejam casados sob o regime de separação absoluta de bens.
(B) O gerente de filial ou agência presume-se autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo.
(C) A associação sem personalidade jurídica poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.
(D) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é sempre indispensável.

16. O Código de Processo Civil prevê que o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de

(A) cinco dias.
(B) dez dias.
(C) quinze dias.
(D) trinta dias.

17. A Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o estatuto do idoso, é destinada a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a

(A) 65 (sessenta e cinco) anos.
(B) 60 (sessenta) anos se mulher e 65 (sessenta e cinco) anos se homem.
(C) 55 (cinquenta e cinco) anos se mulher e 60 (sessenta) anos se homem.
(D) 60 (sessenta) anos.

18. O Estado e a sociedade devem assegurar ao idoso a liberdade, dentre outros direitos.

O direito à liberdade compreende, dentre outros, os seguintes aspectos:

I. faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.
II. crença e culto religioso.
III. prática de esportes.

É correto o que está contido em

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.

19. A Lei Complementar nº 80/1994 estabelece que são objetivos da Defensoria Pública, dentre outros, EXCETO:

(A) independência funcional.
(B) afirmação do Estado Democrático de Direito.
(C) prevalência e efetividade dos direitos humano.
(D) primazia da dignidade da pessoa humana.

20. Com relação à organização da Defensoria Pública da União, esta tem como órgão de atuação:

(A) Corregedoria-Geral.
(B) Defensoria Público-Geral da União.
(C) Núcleos da Defensoria Pública da União.
(D) Conselho Superior.

21. Acerca da Defensoria Pública dos Estados, considere V para Verdadeiro ou F para falso e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) À Defensoria Pública do Estado é assegurada autonomia funcional e administrativa.
( ) A Ouvidoria-Geral é órgão de atuação da Defensoria Pública dos Estados.

( ) A Corregedoria-Geral é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição.

(A) F / V / F
(B) F / F / V
(C) V / F / F
(D) V / F / V

22. Com base na Lei 10.259/2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A competência da Vara do Juizado Especial é sempre relativa.
(B) O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.
(C) Incluem-se na competência do Juizado Especial Cível as causas sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.
(D) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de trinta salários mínimos.

23. Assinale a alternativa **incorreta**, de acordo com as decisões mais recentes do STJ e/ou STF:

(A) É atípica a mera declaração falsa de estado de pobreza realizada com o intuito de obter os benefícios da justiça gratuita.

(B) Não é típica a conduta de inserir, em currículo Lattes, dado que não condiz com a realidade.

(C) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, desde que em situação de autodefesa.

(D) O crime de desacato é compatível com o Pacto de São José da Costa Rica.

24. A respeito da dosimetria da pena, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Penal:

(A) Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.

(B) A pena privativa de liberdade aplicada, desde que não seja superior a 08 (oito) ano, deve obrigatoriamente ser substituída pela de multa, observados os critérios dos incisos II e III do art. 44 do Código Penal.

(C) São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime ter o agente cometido o crime contra ascendente, descendente, colateral até o quinto grau ou cônjuge.

(D) São circunstâncias que sempre atenuam a pena ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 50 (cinquenta) anos, na data da sentença.

25. A respeito do peculato, assinale a alternativa correta:

(A) O delito de peculato exige que o funcionário público esteja na posse do dinheiro, valor ou bem do qual se apropria;

(B) No peculato culposo, a reparação do dano sempre extingue a punibilidade.

(C) O peculato mediante erro de outrem admite suspensão condicional do processo.

(D) O peculato culposo é punível com pena de reclusão de 02 (dois) a 12 (doze) anos e multa.

26. Sobre a aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta:

(A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

(B) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.

(C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

(D) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes contra a vida ou a liberdade dos Governadores de Estado.

---

27. Sobre a lei de drogas, assinale a alternativa correta com base no entendimento mais recente do STJ e/ou STF:

(A) A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei nº 11.343/2006) exige a efetiva consumação da transposição de fronteiras.

(B) O tráfico privilegiado, previsto no §4º do art. 33 da Lei de drogas não deve ser considerado crime equiparado a hediondo.

(C) É cabível a aplicação retroativa da Lei 11.343/06, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei 6.368/76, sendo admitida a combinação de leis para beneficiar o réu.

(D) Não é possível a utilização de inquéritos policiais e/ou ações penais em curso para formação da convicção de que o réu se dedica a atividades criminosas, de modo a afastar o benefício legal previsto no art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/2006.

---

28. Assinale a alternativa correta quanto à competência no processo penal:

(A) Segundo o STF, o fato de o delito ter sido cometido por brasileiro no exterior, por si só, não atrai a competência da justiça federal.

(B) Segundo o STF, compete à Justiça Estadual processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente (arts. 241, 241-A e 241-B do ECA), quando praticados por meio da rede mundial de computadores (internet).

(C) Segundo o STJ, compete à Justiça Estadual o processamento e o julgamento da ação penal que versa sobre crime praticado no exterior, o qual tenha sido transferido para a jurisdição brasileira, por negativa de extradição, aplicável o art. 109, IV, da CF/88.

(D) Segundo o STJ, as hipóteses de foro por prerrogativa de função perante o STJ não se restringem àquelas em que o crime for praticado em razão e durante o exercício do cargo ou função.

---

29. Sobre a lei de organizações criminosas, assinale a alternativa correta:

(A) Considera-se organização criminosa a associação de 10 (dez) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, desde que formalmente, com

objetivo de obter, diretamente, vantagem de natureza patrimonial, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 6 (seis) meses e que sejam, obrigatoriamente, de caráter transnacional.

(B) Se houver suspeitas de que o funcionário público integra organização criminosa, deverá o juiz determinar sua exoneração definitiva do cargo, emprego ou função, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.

(C) Em caso de colaboração premiada, caso haja discordância com a proposta, o juiz deverá enviá-la ao Advogado-Geral da União, nos termos do art. 28 do CPP.

(D) Em caso de colaboração premiada, o prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

---

30. Assinale a alternativa correta a respeito da prisão em flagrante:

(A) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante, devendo-se livrar solto o flagranteado independente de decisão judicial.

(B) Em até 15 (quinze) dias, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.

(C) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

(D) Considera-se em flagrante delito quem está realizando atos preparatórios para a execução do crime.

---

31. Assinale a alternativa correta a respeito do interrogatório do acusado:

(A) Em razão do princípio da presença física no processo penal, não se admite em nenhuma hipótese o interrogatório por videoconferência.

(B) Do interrogatório deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

(C) O interrogatório será constituído de três partes: sobre a pessoa do acusado, sobre a veracidade ou não da acusação e sobre os fatos.

(D) Se o interrogando negar a acusação, no todo ou em parte, deverá prestar esclarecimentos e indicar provas, sob pena de incorrer no delito de falso testemunho.

---

32. Sobre a execução das penas em espécie, assinale a alternativa correta:

(A) Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar todo o tempo remido, observado o disposto no art. 57 da LEP, recomeçando a contagem a partir da data da decisão de revogação.

(B) O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. A contagem de tempo será feita à razão de 1 (um) dia de pena a cada dia de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, desde que não profissionalizante, ou superior, salvo de requalificação profissional

(C) A pena privativa de liberdade será executada em forma regressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo diretor do estabelecimento penitenciário, quando o preso tiver cumprido ao menos 3/4 (três quartos) da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo agente penitenciário, respeitadas as normas que vedam a progressão.

(D) Quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remição.

---

33. Acerca da Seguridade Social na Constituição, julgue as assertivas abaixo:

I – Saúde, Previdência e Trabalho compõem a Seguridade Social.

II – A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Um de seus objetivos é a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

III – A Previdência Social tem caráter contributivo pela necessidade de participação direta do protegido no seu financiamento.

IV – Por força do art. 109, I da CF/88, em regra, as ações de concessão e restabelecimento de benefício previdenciário são processadas e julgadas na Justiça Federal. Todavia, caso o benefício decorra de acidente de trabalho, a justiça competente será a Estadual.

(A) I e II são falsas.

(B) II e III e IV são verdadeiras.

(C) I e III são falsas.

(D) Todas são falsas.

---

34. Assinale a assertiva correta no que tange aos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social:

(A) A maioridade para efeitos previdenciários coincide com a maioridade civil.

(B) O cônjuge divorciado ou separado de fato que recebia pensão alimentícia não concorrerá no rateio da pensão por morte com os demais dependentes preferenciais.

(C) São dependentes do segurado do Regime Geral da Previdência Social todos aqueles indicados como dependentes, nos termos da legislação tributária do imposto de renda, bem como aqueles designados pelo segurado ou que dele dependam economicamente, sendo irrelevante o vínculo conjugal ou consanguíneo.

(D) o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido são

dependentes de 1ª classe, e, caso existentes, excluirão do direito às prestações os das classes seguintes.

35. Em relação à assistência social, marque a alternativa **incorreta**:

(A) A pessoa idosa maior de 65 anos de idade, se homem, ou maior de 60, se mulher, terá direito ao benefício assistencial, desde que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

(B) O benefício de prestação continuada previsto na Lei 8.742/93 é uma prestação da Seguridade Social, de caráter não contributivo, que visa a prover os mínimos sociais.

(C) De acordo com a previsão da lei 8.742/93, pessoa portadora de deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(D) O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

36. João filiou-se ao Regime Geral da Previdência Social em 20/03/1988, como segurado empregado, permanecendo nesta condição até 15/04/1999, quando rescindiu seu contrato de trabalho. Desde então esteve desempregado, sendo esta condição registrada no Ministério do Trabalho. Ele faleceu em 10/01/2002, em decorrência de acidente de trânsito. João deixou a esposa e um filho de 20 anos. Em 15/10/2002, ambos se dirigiram a uma agência do INSS e requereram benefício de pensão por morte. A partir dessas informações, é possível afirmar que:

(A) A esposa terá direito à percepção da pensão por morte, na qualidade de cônjuge, mas o filho, por ter mais de 18 anos, terá de provar a dependência econômica, pois nesse caso, não é mais presumida.

(B) Nenhum dos dois terá direito ao beneficio e pensão por morte, tendo em vista que João já houvera perdido a qualidade de segurado na data do óbito, que seria de 12 meses.

(C) Nenhum terá direito ao benefício, pois João não cumpriu o período de carência exigida para tal. Somente os benefícios de auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente independem do cumprimento do período de carência.

(D) Ambos terão direito à pensão por morte, tendo em vista que o óbito ocorreu quando João ainda mantinha a qualidade de segurado, que, no caso, é de 36 meses.

37. Acerca dos benefícios da Previdência Social, julgue as afirmativas:

I – O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

II - O auxílio-acidente é a nomenclatura utilizada para o auxílio-doença, quando decorrente de acidente de trabalho.

III- O trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido.

IV- A aposentadoria especial não é a aposentadoria devida ao segurado especial. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

(A) I e II são falsas.

(B) I e III e IV são verdadeiras.

(C) I e III são falsas.

(D) Todas são falsas.

---

38. Sobre o incidente de deslocamento de competência (IDC), assinale a alternativa correta:

(A) O IDC pode ser suscitado pelo Procurador-Geral da República, Defensor Público-Geral Federal ou pelo Advogado Geral da União

(B) O IDC será suscitado perante o Tribunal Regional Federal, em qualquer fase do inquérito ou do processo.

(C) Aceito o incidente pelo TRF, o inquérito ou processo passará a tramitar no Supremo Tribunal Federal.

(D) A competência federal em caso de IDC é subsidiária, e possui como fundamento evitar a alegação internacional, por parte do Brasil, da chamada “cláusula federal”.

---

39. Sobre caso Fazenda Brasil Verde, assinale a alternativa correta:

(A) Trata-se da primeira condenação pela Corte IDH de um caso de escravidão contemporânea e tráfico de pessoas.

(B) Trata-se da primeira condenação do Brasil pela Corte IDH.

(C) Trata-se de caso julgado pela comissão IDH, mas não pela Corte, por ausência de legitimidade ativa.

(D) A Corte IDH deixou de apreciar o mérito do caso, por entender que as violações de direitos humanos já estariam prescritas com base na legislação doméstica.

---

40. Não é característica dos Direitos Humanos:

(A) Historicidade.

(B) Universalidade.

(C) Complementaridade.

(D) Seletividade.